



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
土地工務運輸局  
Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes  
**EDITAL**



Notificação da decisão final de demolição de prédio em estado de ruína

Edital n.º : 2 /E-AR/2019

Processo n.º : 88/AR/2019/F

Local : Prédio situado no Pátio da Mina n.º 6, Macau.

Li Canfeng, Director da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, faz saber que ficam notificados os proprietários, inquilinos ou demais ocupantes do prédio acima indicado, do seguinte:

Em conformidade com o Auto de Vistoria da Comissão constante do processo a decorrer nesta Direcção de Serviços, o prédio acima indicado encontra-se em estado de ruína, devendo por isso ser demolido imediatamente. Deste modo, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 79/85/M (Regulamento Geral da Construção Urbana) de 21 de Agosto e da alínea a) do artigo 96.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), ficam os interessados notificados da decisão final de demolição do prédio acima indicado.

No uso das competências delegadas pela alínea 12) do n.º 2 do Despacho n.º 11/SOTDIR/2016, publicado no Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) n.º 21, II Série, de 25 de Maio de 2016, o Chefe do Departamento de Urbanização da DSSOPT, Lai Weng Leong, homologou o Auto de Vistoria acima indicado através de despacho de 11 de Setembro de 2019.

Nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do RGPU e por despacho de 11 de Setembro de 2019, esta Direcção de Serviços procederá à demolição do prédio acima indicado a partir de 23 de Setembro de 2019, bem como à limpeza, remoção dos materiais e vedação do terreno.

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 56.º do mesmo decreto-lei, esta Direcção de Serviços em conjunto com outros serviços públicos e com a colaboração do Corpo de Polícia de Segurança Pública, procederá à execução dos trabalhos acima referidos no dia 23 de Setembro de 2019, sendo as despesas suportadas pelos infractores.

Na falta de pagamento voluntário da despesa, nos termos do n.º 3 do artigo 56.º do RGPU, proceder-se-á à cobrança coerciva da quantia em dívida pela Repartição das Execuções Fiscais da Direcção dos Serviços de Finanças.

Nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do RGPU, da decisão do presente edital cabe recurso hierárquico necessário para o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, a interpor no prazo de 15 dias contados a partir da data da publicação do presente edital.

RAEM, 11 de Setembro de 2019

O Director de Serviços

Li Canfeng